

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS  
INSTITUTO CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

BEATRIZ PERROTTA AUGUSTO

**RELAÇÕES COMERCIAIS DO BRASIL COM OS ESTADOS  
UNIDOS DE 2014 A 2021**

VARGINHA/ MG

2021

BEATRIZ PERROTTA AUGUSTO

**RELAÇÕES COMERCIAIS DO BRASIL COM OS ESTADOS  
UNIDOS DE 2014 A 2021**

Trabalho de Conclusão do Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão (PIEPEX) apresentado como parte dos requisitos para conclusão do curso Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia da Universidade Federal de Alfenas. Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Débora Juliene Pereira Lima

Aprovado em:

Prof.<sup>a</sup> Dra. Débora Juliene Pereira Lima  
Universidade Federal de Alfenas

Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Thiago Fontelas Rosado Gambi  
Universidade Federal de Alfenas

Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof.<sup>a</sup> Dra. Ana Márcia Rodrigues da Silva  
Universidade Federal de Alfenas

Assinatura: \_\_\_\_\_

VARGINHA/MG

2021

## **RESUMO**

Depois do período do Brasil colonial, os Estados Unidos se tornaram um dos principais parceiros comerciais do Brasil. Essa relação vai da proximidade à indiferença, das alianças militares à desconfiança, da cooperação política à competição comercial, mesmo estando em diferentes estágios de desenvolvimento. O comércio entre esses dois países é caracterizado pela diversificação das pautas importadoras e exportadoras, com presença de produtos com pouca e com alta tecnologia, tanto nas exportações, quanto nas importações. Os anos de estudo foram definidos a partir da disponibilidade dos dados encontrados, foi feita uma comparação entre os anos de 2014 e 2021. Pode-se observar pelos dados apresentados um destaque na exportação brasileira para os EUA, as máquinas, aviões, ferro e aço e o café. Com relação às importações, o destaque é para os combustíveis e máquinas.

**Palavras-Chaves:** Brasil, Estados Unidos, comércio

## 1 Introdução

As economias do Brasil e a dos Estados Unidos são as maiores da América do Sul e da América do Norte, respectivamente. Esses países mantiveram um relacionamento econômico-comercial por séculos, e os Estados Unidos se destacaram como um dos principais parceiros comerciais do Brasil durante grande de toda a história dos dois países.

As relações econômicas entre Brasil e Estados Unidos passaram por muitas mudanças desde os anos 1980 por conta das divergências ideológicas que existiam entres os diferentes governos dos dois países. Apesar disso, os EUA se mantiveram como um dos principais parceiros comerciais do Brasil.

Quando se trata de comércio internacional, é importante que sejam apresentadas as trajetórias da balança comercial e a composição da pauta exportadora e importadora de um país em relação a outro. Por isso, o objetivo desse trabalho é apresentar um panorama desses temas na relação bilateral Brasil-Estados Unidos. Fazendo uma comparação entre os anos de 2014 e 2021, e analisando a balança comercial a partir de 2010 até hoje.

Para isso, está estruturo da seguinte forma: na seção 2 será apresentada uma retomada da história do Brasil com ênfase nos ciclos produtivos do país desde 1500. Na seção 3, o mesmo será feito para os Estados Unidos. A seção 4 apresenta uma breve retomada da trajetória das relações diplomáticas, econômicas e comerciais entre os dois países. Na seção 5, há uma breve retomada das relações comerciais entre os dois países. Na seção 6, por fim, serão apresentados alguns dados que ilustram a relação comercial entre os dois países.

## 2 Ciclo produtivo do Brasil

Segundo Ferreira (2019) o ciclo do Pau Brasil representou a principal atividade de exploração do país, que foi realizada pelos portugueses. No território brasileiro, o pau-brasil era uma árvore nativa da Mata Atlântica e que fornecia tinta e madeira. A tinta foi utilizada para tingir o tecido produzido pela indústria têxtil de Portugal e a madeira servia para a construção de inúmeros objetos. O ciclo do pau-brasil não passou de uma exploração rudimentar, era uma simples extração rudimentar. A mão-de-obra utilizada foi a indígena

De acordo com Oliveira e Freire (2006) o declínio do ciclo do Pau-Brasil, já em 1530, esteve diretamente relacionado aos conflitos gerados pela tentativa de escravização em massa dos indígenas e a escassez da madeira. Tudo isso deu uma visibilidade maior a uma atividade agrícola que já era desenvolvida no país, o cultivo da cana-de-açúcar.

Assim, a colonização do Brasil no século XVI esteve relacionada à atividade açucareira. De acordo com Furtado (2005), naquela época havia uma abundância de mão-de-obra indígena que era alocada mediante escambo com objetos e armas desconhecidos pela população nativa. Os colonos utilizavam essa mão-de-obra para a produção de alimentos para o conjunto da população, para a execução de tarefas agrícolas e industriais do engenho, contribuindo para o êxito da economia açucareira.

Ainda no século XVI, segundo Furtado (2005), chegaram ao país os primeiros escravos africanos. Com isso, a mão-de-obra africana chegou para a expansão do trabalho escravo, que já existia com os indígenas, mas com a chegada dos negros, haveria uma mudança baseada em um sistema de produção mais eficiente e mais densamente capitalizado.

Ao final desse século, a produção de açúcar superava os dois milhões de arrobas. O valor total do açúcar exportado, teria alcançado até 23 milhões de libras. Além disso, a indústria açucareira era suficientemente rentável para autofinanciar uma duplicação de sua capacidade produtiva a cada dois anos. (FURTADO, 2005, p.51)

De acordo com Furtado (2005), o fluxo de renda no setor açucareiro não era o de uma economia de tipo semifeudal, pois ao inverso da unidade feudal, ele estava totalmente voltado para o mercado externo. Nesta economia, as importações também eram muito recorrentes, o que aumentava o comércio internacional do Brasil.

De acordo com Coutinho (2008), na segunda metade do século XVI, quando se desorganizou o mercado do açúcar e teve início a forte concorrência antilhana, o preço desse produto se reduziu à metade, dando espaço para o surgimento da atividade de mineração no Brasil. A exploração dos minérios de ouro aconteceu, principalmente, em Minas Gerais, mas esteve presente em Goiás e Mato Grosso. Todas as riquezas que eram encontradas no Brasil, foram direcionadas para a Europa. Neste ciclo econômico, o trabalho dos escravos africanos ainda era essencial, e viabilizava o desenvolvimento desta atividade econômica.

O declínio da mineração se deve ao esgotamento das jazidas, devida tamanha exploração. Segundo Furtado (2005) esse contexto abriu espaço para o início do ciclo econômico do algodão, cuja produção se concentrou nos estados de Pernambuco, Bahia, São Paulo e Ceará. Devido a revolução industrial que havia ocorrido na Inglaterra, os portugueses se viram diante de uma enorme demanda para a produção de algodão, iniciando o cultivo do mesmo em terras brasileiras, para mais uma vez favorecer o mercado externo.

De acordo com Furtado (2005), na metade do século XVII já se configurava a predominância de um produto relativamente novo, cujas características de produção correspondiam às condições ecológicas do Brasil, o café. Esse produto assumiu importância comercial no final desse século quando ocorreu uma alta nos preços internacionais. O café passou então a ser o principal produto de exportação do Brasil logo depois.

O desenvolvimento da produção de café ocorreu na região montanhosa da capital do Brasil (Rio de Janeiro). Nessa região havia relativa abundância de mão-de-obra em decorrência da desagregação da economia mineira e a proximidade do porto permitia o escoamento da produção para o mercado internacional. (FURTADO, 2005. p.116).

Para encerrar o ciclo produtivo primário no Brasil, temos o ciclo da borracha, que acontece entre o final do século XIX e início do XX. Segundo Furtado (2005), nesse período, a região amazônica foi a mais explorada e afetada devido à extração do látex. Essa produção tinha como principal finalidade o mercado externo, os EUA e a Europa eram os principais consumidores do látex brasileiro, e nessa situação não havia mais trabalho escravo, fornecendo um lucro menor, porém a demanda era alta o suficiente para ocorrer tamanha exploração.

Com relação à industrialização brasileira, segundo Szmrecsanyi (2002), as primeiras instalações de uma indústria têxtil no país datam de 1844 no Nordeste. Essa

industrialização, que ocorreu de forma descentralizada, não demorou a se concentrar no Centro-Sul do país. Até a década de 1950, a atividade têxtil algodoeira foi o principal ramo fabril do país, seguida pela indústria alimentícia.

Segundo Szmrecsanyi (2002), o processo de industrialização foi possível devido à emergência de um mercado interno que havia sido criado com a utilização de mão-de-obra livre assalariada na lavoura de café. Na primeira fase, a industrialização brasileira esteve baseada na produção de bens de consumo corrente: tecido, produtos de couro e alimentos elaborados. Concomitante a esse processo ocorria a urbanização, que abriu caminho para a produção voltada para a construção civil.

De acordo com Medeiros (2018), durante o Plano de Metas houve a participação do capital internacional, do capital nacional e do Estado, o chamado “tripé” do investimento no Brasil. Nesse contexto ocorreu a entrada de grandes multinacionais no país e a internalização da produção de bens de capital. Foi nesse contexto que a indústria brasileira se ampliou para o ramo da produção mecânica, automobilística, de material elétrico, petróleo, carvão, energia elétrica, de infraestrutura de transportes e para outros ramos que demandam tecnologia.

Apesar da industrialização e da diversificação dos produtos no ramo industrial, o Brasil permaneceu, essencialmente, um país primário-agrário exportador e dependente da importação de insumos para a incipiente indústria. E assim permanece até os dias atuais.

### 3 Ciclo produtivo dos Estados Unidos

De acordo com Karnal, *et.al.* (2007), após a independência, os Estados Unidos iniciaram a ocupação continental, eliminando as fronteiras e estendendo o domínio do país do Atlântico ao Pacífico. Neste processo de colonização, foram instituídas as chamadas treze colônias que eram formadas pelos seguintes estados: Carolina do Norte, Carolina do Sul, Connecticut, Delaware, Geórgia, Rhode Island, Massachusetts, Mayland, New Hampshire, Nova York, Nova Jersey, Pensilvânia e Virginia. Cada uma delas possuía um perfil econômico, humano, geográfico e sócio-político diferente.

Segundo Karnal, *et.al.* (2007), a primeira colônia formada, a Carolina do Sul, baseava-se na agricultura de exportação, com destaque para três produtos básicos: tabaco, anil e arroz. Logo após a independência, houve uma grande perda de mercado para esses produtos, já que os maiores compradores ainda era a Inglaterra, forçando assim os EUA a buscarem outro caminho. Nesse contexto, surgiu o cultivo do algodão de fibra curta

que se adaptou facilmente a essa região, pois encontrou clima favorável e solo organizado em *plantation* com mão-de-obra escrava. Ao longo dos anos ficou evidente a importância do algodão para a economia americana. Assim, em 1860, essa produção representava mais da metade das exportações dos EUA.

A região do Norte era dominada por uma importante burguesia industrial, que acumulava capital desde o período colonial, e por uma crescente classe operária fabril com trabalho assalariado. Segundo Karnal, *et.al.* (2007), essa região não cultivava o algodão, mas fazia lucros com a sua venda. Os plantadores de algodão do Sul forneciam as matérias-primas para os fabricantes de tecidos do Norte, os quais vendiam panos de algodão em quantidade equivalente à metade dos tecidos de lã. Assim, geravam uma parcela de renda nacional muito alta. Contudo, apesar de se beneficiar da produção de algodão, arrecadando impostos e utilizando como matéria-prima para sua produção, a burguesia nortista era contrária à escravidão, pois acreditava que limitava o crescimento do mercado interno.

O Oeste contava com terras de agricultores e pecuaristas livres que surgiram em virtude do *plantation* do Sul que alastrou até o Oeste. Essa região transformou-se em uma zona de agricultura comercial interna que produzia para todas as outras regiões. Ela possuía pequenas fazendas e mineradoras, tratava-se de um cultivo manual e familiar, mas com progressiva mecanização.

Segundo Karnal, *et.al.* (2007), em 1789 a Constituição Americana foi ratificada, o que, de modo geral, significou a consolidação da União, fazendo com que os estados mantivessem sua autonomia, mas continuassem subordinados a um poder central. Sendo assim, a sociedade dos EUA formou-se com uma estrutura e interesses econômicos diferentes, de acordo com sua posição geográfica.

As diferenças econômicas e políticas do Norte e do Sul resultaram em um conflito armado. Os estados do Sul adotavam a mão-de-obra escrava e criaram os Estados Confederados da América. Declarando assim, a separação da federação norte-americana, que era dominada pela burguesia industrial e comercial nortista. Foi essa tentativa de separação que resultou na Guerra de Secessão.

A vitória da Guerra de Secessão se deu a burguesia do Norte, a qual ofereceu vantagens para a imigração, afim de aumentar a demanda do mercado consumidor, pois as ofertas de produtos estavam só crescendo. Garantindo assim a expansão do mercado interno, o que possibilitou uma sociedade com relações de trabalho assalariado.

Segundo Karnal, *et.al.* (2007), até a segunda metade do século XIX nos Estados Unidos, a agricultura foi a principal atividade geradora de renda. Logo após esse período, a produção manufatureira superou o valor em dólar da produção agrícola, crescendo cada vez mais. Esse processo de industrialização só foi possível com a implementação de novas tecnologias, observando assim um aperfeiçoamento no processo de produção dos bens de produção, produtos perecíveis e bens de consumo.

Segundo Karnal, *et.al.* (2007), contudo a industrialização dos Estados Unidos se estende até os dias atuais, cada vez mais aperfeiçoados na tecnologia e sempre buscando um custo de produção menor para poder obter mais lucro. Hoje, o país tem como características fábricas leves e limpas, que empregam uma mão-de-obra qualificada e produzem bens sofisticados.

#### 4 Relações políticas e econômicas entre Brasil e Estados Unidos

Os Estados Unidos foram o primeiro país a reconhecer a independência do Brasil em 1824. Até então, ele não havia sido participante ativo na política internacional e não tinha vínculos diplomáticos com o Brasil. (MILANI, 2011)

A primeira conexão indireta entre os dois países, ainda durante o período colonial, se deu com o estabelecimento em Nova Amsterdã, (posteriormente convertida em Nova York) por judeus que fugiram do Brasil após os portugueses reconquistarem o Nordeste (que havia sido ocupado pelos holandeses em meados do século XVII). A independência das treze colônias levou os patriotas brasileiros a buscar ajuda dos EUA para libertar seu país. Após a derrota da Guerra Civil, um pequeno número de Estados Confederados da América emigrou para o Brasil e estabeleceu uma instituição agrícola estável no interior de São Paulo. O imperador Pedro II era um admirador do progresso tecnológico americano. Ele visitou a Exposição do Centenário da Filadélfia em 1876 e assistiu à demonstração inovadora do telefone de Alexander Graham Bell. (BARBOSA, 2006)

Segundo Milani (2011), com a independência do Brasil, um dos objetivos do país era se estruturar e fazer parte da comunidade internacional. No início, os Estados Unidos estavam alheios aos interesses econômicos brasileiros, eram essencialmente um continente autossuficiente e com uma população que não buscava ter contato com o mundo exterior. Contudo, no decorrer do século XIX as duas nações tomaram iniciativas para estabelecer relações diplomáticas.

Segundo NBarabosa (2006), a proclamação da república no Brasil aproximou seu sistema político do modelo dos EUA, a começar pelo próprio nome (Estados Unidos do Brasil) e pelo sistema presidencialista e legislativo. No século XX, as relações bilaterais entre Brasil e Estados Unidos passaram por diferentes situações e atitudes de seus respectivos governos, que vão da proximidade à indiferença, das alianças militares à desconfiança, da cooperação política à competição comercial, mesmo estando em diferentes estágios de desenvolvimento. A relação remonta ao período anterior à independência do Brasil. Nas esferas social e econômica, essas relações vinham se estreitando, principalmente na esfera cultural e no investimento privado, uma vez que o Brasil está cada vez mais inserido no ciclo internacional.

Os Estados Unidos apareceram em quase todos os momentos importantes da diplomacia brasileira no século XX e ocupou uma parte importante da mesma, assim como grande parte da interface externa nos campos econômico, tecnológico e cultural por quase meio século. Embora o Brasil tenha buscado em diversos momentos um maior equilíbrio político no campo diplomático, com base na reciprocidade e na igualdade de tratamento, ainda existem assimetrias evidentes nos aspectos econômico, tecnológico e militar da relação entre os dois países, em vista das diferenças óbvias (e crescentes) no potencial estratégico e do exercício de poder entre os Estados Unidos e outros países desde meados do século XX. (BARBOSA,2006).

Com o fim da Guerra Fria e a aparente ascensão dos Estados Unidos a uma posição isolada de vantagem estratégica, em face do declínio relativo de outras superpotências na era bipolar, a busca pela paridade por outras potências nucleares tornou-se um puro exercício retórico, por não ser apoiado por programas militares ou técnicos semelhantes. Posteriormente, a postura unilateralista dos Estados Unidos na política externa ampliou a lacuna hegemônica com outros países, algo que não existiu com outros impérios universalistas em qualquer período histórico. (ALMEIDA,2005)

O desenvolvimento das relações econômicas entre Brasil e Estados Unidos não foi equilibrado. A partir do final do século XIX, o Brasil participou da transição da monarquia para a república, e a primeira tentativa de integração comercial no hemisfério ocidental foi iniciada pelos Estados Unidos, realizada entre 1889-1890. A partir de 1902, o Barão Rio Branco, com uma filosofia diplomática baseada no equilíbrio de poder, implementou a primeira política perto dos Estados Unidos. Brasil e Argentina buscaram a atenção dos Estados Unidos em diferentes momentos, a fim de buscar uma "relação especial" que se provou ilusória. O Gigante do Norte anunciou as inferências de Roosevelt

sobre a doutrina Monroe, provando que sua intervenção no meio ambiente era justificada no exercício do papel policial com base no "padrão de civilização" alcançado em um acordo tácito com as potências europeias. (ALMEIDA, 2005)

Apesar de testemunhar o surgimento e consolidação de grandes impérios coloniais na Europa, Rio Branco esperava chegar a um acordo entre Argentina, Brasil e Chile, mas ainda pretendia fortalecer o Brasil militarmente, colocando-o na mesma situação dos EUA. Assim foi sua manifestação na abertura do Terceiro Congresso Científico Latino-Americano, realizado no Rio de Janeiro em 1905: “É indispensável que, antes de meio século, pelo menos quatro ou cinco das maiores nações da América Latina, por nobre emulação, cheguem, em recursos defensivos, como o nosso grande irmão do Norte, a competir com os mais poderosos Estados do Mundo” (ALMEIDA, 2005)

Segundo Almeida (2005), as relações bilaterais foram fortalecidas na afirmação da República. Naquela época, durante a Revolta da Armada, os Estados Unidos se opuseram às tendências monárquicas de algumas potências europeias e deram assistência ao novo regime. Do lado comercial, a assinatura do acordo comercial de 1891 foi o primeiro sucesso, garantindo o acesso ao café e ao açúcar em condições favoráveis no mercado norte-americano, enquanto o Brasil impunha tarifas reduzidas sobre os produtos manufaturados como a farinha dos EUA. Esse acordo não vigorou por muito tempo, pois em 1895, a tarifa McKinley, (aumento da tarifa média sobre as importações para quase 50%) confirmou uma latente postura protecionista, terminando assim com os regimes preferenciais negociados anteriormente.

Ainda segundo Almeida (2005), em 1957, o Brasil participou da construção de uma nova ordem econômica mundial dominada pelos princípios do liberalismo econômico americano. A "opção americana" da era bipolar não impediu o surgimento da diplomacia de desenvolvimento do Brasil. É nesse contexto de negociações políticas e de interesses econômicos que o Brasil lançou sua primeira iniciativa multilateral regional, a Iniciativa Pan-Americana (programa multilateral de assistência ao desenvolvimento econômico da América Latina) proposta pelo Presidente Juscelino Kubitschek em 1958. O Banco Interamericano de Desenvolvimento foi criado na primeira fase, e mais tarde, a Aliança para o progresso. (ALMEIDA,2005).

A partir de 1967, de acordo com Almeida (2005), iniciou-se a etapa da "revisão ideológica" e da busca pela autonomia tecnológica do Brasil. A atitude atenciosa em relação aos Estados Unidos deu lugar à diplomacia profissional, com foco no alcance das metas nacionais de crescimento econômico. A afirmação de ações nacionais nos níveis

interno e externo se deu à custa de conflitos com os Estados Unidos, como a condenação de 1977 do acordo de cooperação militar bilateral (1952) por causa da interferência nos "assuntos internos" por parte dos Estados Unidos. Nesse período, a vulnerabilidade econômica do Brasil foi confirmada pelas restrições do balanço de pagamento, pelas consequências da crise do petróleo em 1973 e 1979, seguida da crise da dívida externa em 1982. Esses acontecimentos culminaram com a retomada do processo de Cooperação e com o início do declínio do governo militar. (ALMEIDA,2005)

Manter um bom relacionamento com os Estados Unidos não impediu conflitos locais entre os dois países, geralmente em questões comerciais (protecionismo para certos produtos brasileiros que entram no mercado americano, como aço ou suco de laranja, divergências comerciais quanto a patentes industriais, alegações de pirataria ou retenção de mercado, como na tecnologia) ou devido a questões mais gerais da agenda multilateral. A política externa do governo José Sarney (1985-1990) iniciou uma reconciliação política e econômica com a Argentina, maior vizinho do Brasil, levando ao processo de cooperação nuclear e integração econômica entre os dois países. A partir de um encontro histórico, no final de 1985, na cidade fronteiriça de Iguazu, entre os presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín, deu-se início à cooperação nuclear entre os dois países e a um processo de integração econômica que, na configuração definida no tratado de integração de 1988, conduzia a um mercado comum bilateral dentro de dez anos. Seu sucessor decidiu em 1990 acelerar esse processo, resultando assim na assinatura do Tratado de Assunção como símbolo fundador do Mercosul em março de 1991 com o Paraguai e o Uruguai. (ALMEIDA 2005).

Embora o governo Sarney tenha iniciado o processo de reforma tarifária e facilitado a abertura da economia brasileira ao investimento internacional, acabou ocorrendo um delicado conflito comercial com os Estados Unidos, que se queixava pela lei sobre informática que proibia a importação de computadores pessoais, assim como associações com o capital estrangeiro nesse setor. Embora o código brasileiro de propriedade industrial estivesse em conformidade com o direito internacional, essa lei constitui outro ponto polêmico, pois não reconhece patentes farmacêuticas. O governo dos EUA adotou, unilateralmente e de maneira ilegal em relação ao direito internacional, medidas de retaliação comercial contra o Brasil. No âmbito multilateral, Sarney anunciou na ONU em 1989, que o Brasil estava disposto a assumir a responsabilidade pela reforma da Carta das Nações Unidas, e claramente fez do Brasil uma candidatura a membro permanente do Conselho de Segurança, mas nenhuma resposta oficial foi dada pelos EUA

a essa pretensão. Embora favorecessem a entrada da Alemanha e do Japão no mesmo órgão. (ALMEIDA,2005).

O governo do presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992) provocou grandes mudanças na política externa. Nos primeiros dias de seu governo, Collor começou a acelerar o processo de abertura econômica e liberalização comercial e redução tarifária, o que coincide com o estabelecimento da Tarifa Externa Comum prevista no esquema da união aduaneira do Mercosul, que foi adotada a partir de 1 de janeiro de 1995. Nesse período, as relações políticas e econômicas com os Estados Unidos melhoraram, devido à disposição de Collor em "liquidar" parte das hipotecas que sobraram do passado, que havia sido foco de disputas bilaterais. (ALMEIDA, 2005)

Segundo Almeida (2005), o processo de impeachment de Collor no final de 1992, fez com que seu vice, Itamar Franco, assumisse o poder com uma plataforma menos aberturista, mas continuou o processo de privatização e reforma tarifária. A partir da presença do senador Fernando Henrique Cardoso na condução dos negócios da Fazenda em maio de 1993, juntamente com a equipe econômica, conduziu à criação do Plano Real que controlou a inflação no Brasil.

O debate econômico durante a transição para o primeiro governo FHC (1995-1998) centrou-se nos ajustes macroeconômicos introduzidos pelo Plano Real, com base na paridade mais ou menos estável da nova moeda em relação ao dólar norte-americano. Questões como o fim do monopólio estatal, a revisão da legislação de patentes e reservas de mercado nacional, e o papel do capital estrangeiro no desenvolvimento do país ocuparam quase todo o período, levando a importantes revisões na constituição e nas disposições legais das regras que regem a aplicação de investimentos estrangeiros. Embora as medidas de liberalização internacional tenham continuado, as políticas comerciais sofreram uma certa reversão e algumas tarifas foram aumentadas (não houve uma reforma da tarifa externa comum). (ALMEIDA,2005)

A primeira fase do Plano Real começou durante a gestão de FHC como ministro da Fazenda e conseguiu controlar a inflação, embora as altas taxas de juros iniciais e as taxas de câmbio rígidas prejudicassem o crescimento das exportações e agravassem o déficit das transações correntes. Por outro lado, em termos comerciais, o superávit do Brasil diminuiu gradativamente durante o período 1990-1994. Ao final desse período, os Estados Unidos se tornaram o principal parceiro comercial do Brasil (cerca de 25%), ultrapassando os países da União Européia, que em outras ocasiões concentravam quase um terço do comércio exterior brasileiro. (ALMEIDA, 2005)

De maneira geral, um dos fatores mais relevantes da política externa brasileira na segunda metade da década de 1990 foi que, além de extensas práticas de diplomacia presidencial, os dois presidentes cultivaram estreitas relações pessoais. Isso traz a interação entre Brasil e Estados Unidos ao melhor ponto de compreensão política da história. Esse diálogo de alto nível com o presidente Clinton começou ainda em 1995, quando FHC visitou os Estados Unidos, o que resultou em uma "agenda ambiental comum bilateral", que ampliou a cooperação do Brasil com diversos países do G-7 (grupo dos países mais industrializados do mundo: Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido). (ALMEIDA, 2005)

A estabilidade trazida pelo Plano Real e as reformas constitucionais de 1995 e 1996 abriram o setor econômico ao investimento estrangeiro, permitindo aprofundar o campo das relações recíprocas, em paralelo estava a oposição do governo FHC, com as denúncias de desnacionalização. No nível comercial, o investimento direto dos EUA no Brasil aumentou de US \$ 18,9 bilhões em 1994 para aproximadamente US \$ 38 bilhões em 1998, representando mais de 50% do investimento direto da América do Norte na América do Sul. (ALMEIDA, 2005)

De acordo com Almeida (2005), em Abril de 2000 foi assinado um acordo de salvaguardas tecnológicas para a utilização da base de Alcântara para o lançamento de satélites e equipamentos contendo tecnologia americana. O Acordo de Alcântara foi duramente criticado pelo congresso brasileiro porque, além das diferenças políticas e econômicas, o Brasil poderia ter um impacto negativo no acesso à mais avançada tecnologia no campo aeroespacial. Em maio de 2003, o novo governo Lula decidiu retirar o instrumento do congresso e iniciar novas negociações com os Estados Unidos, visando ajustar o acordo. No entanto, o registro importante a ser feito é a própria assinatura do acordo, o que comprova que a relação bilateral atingiu um novo patamar, mesmo que a direção política do governo de cada país tenha mudado. (ALMEIDA, 2005)

Durante sua visita a Washington, o presidente Lula reiterou a intenção de seu governo de iniciar uma relação franca, construtiva e mutuamente benéfica de quatro anos entre os dois países. Em seu primeiro pronunciamento público na capital norte-americana, Lula destacou que a estreita relação entre os dois países depende necessariamente dos diferentes estágios de desenvolvimento em que nos encontramos e deve ser a base para o entendimento mútuo entre o Brasil e os Estados Unidos. (ALMEIDA, 2005)

No entanto, em meados de 2003, o governo Bush analisou as políticas econômicas de Lula e pediu ajuda a ele para melhorar sua agenda política na América Latina. Em

pouco tempo de governo, Lula restabeleceu parte da credibilidade do Brasil nos mercados financeiros internacionais reativando a capacidade do país de tomar empréstimos a taxas de juros razoáveis, fazendo com que o apoio do povo brasileiro ao governo fosse muito alto, além de melhorar a visão internacional do Brasil. Isso fez com que o governo Bush trabalhasse com maior afinco e maior determinação para reforçar as ligações bilaterais americano-brasileiras, pois tinha várias razões para querer um relacionamento mais cooperativo e menos dissonante com o Brasil. Além disso, Washington acreditava que o Brasil poderia ajudar a resolver alguns dos problemas da América Latina (HAKIM,2005)

Lula e Bush tentavam trabalhar para encontrar formas de cooperação e para estabelecer uma boa relação entre os dois países, mas existiam divergências entre eles que eram difíceis de conciliar, como, por exemplo, as disputas pragmáticas que refletem os interesses diferentes, além das enormes diferenças políticas e ideológicas entre os dois governos. O governo brasileiro demonstrava disposição superar a enorme divisão política. Mas o governo Bush não mostrou interesse em engajar com seus oponentes internacionais. Por algum tempo, a relação entre os Estados Unidos e o Brasil foi afetada pela disposição de Washington em aceitar a diversidade da agenda política do Brasil evitando assim forçar o governo Lula a escolher um lado. (HAKIM,2005)

Embora os dois países continuassem a negociar, o governo dos EUA atendeu a poucas demandas do Brasil. A política dos Estados Unidos dificilmente permitiria que Washington fizesse concessões sobre questões agrícolas ou sobre as leis relativas ao *antidumping* e às medidas de compensação. (HAKIM,2005)

O governo Lula deu continuidade aos esforços do governo Fernando Henrique para estabelecer um papel de liderança do Brasil na América do Sul. Os países vizinhos do Brasil, especialmente a Argentina, responderam mais positivamente à iniciativa de Lula mostrando insatisfação com a política dos EUA. Em contraponto o governo Bush, não se opôs a esses esforços brasileiros, pois as aspirações do Brasil ainda não colidiram com as metas políticas ou interesses dos Estados Unidos. (HAKIM, 2005)

De acordo com Hakim (2005), a agenda Estados Unidos–Brasil incluiu muitos assuntos sobre os quais os dois países discordavam. Entre Washington e Brasília foi feito um grande esforço para estabelecer uma "agenda positiva" focada em problemas em comum, tais como saúde, educação, erradicação da pobreza, ciência e tecnologia, nas quais os dois países têm opiniões semelhantes. No entanto, nenhum desses temas forneceu uma plataforma para uma cooperação significativa entre os dois países.

Dadas as perspectivas ideológicas divergentes, o governo Lula e o governo Bush não tinham a mesma visão no que se refere às relações econômicas internacionais. Eles realizaram um bom começo para desenvolver um relacionamento construtivo com base nas necessidades e interesses práticos de ambos os países. (HAKIM,2005).

Dentre os temas econômicos que envolveram os dois países, segundo Neto e Albres (2015), teve destaque a Roda de Doha, quando os dois países se colocaram em posições opostas no que se refere às políticas de subsídios. Com o apoio dos países do G-20, o Brasil solicitou a redução da política protecionista dos EUA aos produtos do Brasil. Apesar dessas divergências, os dois países intensificaram a sua corrente de comércio bilateral.

Ainda segundo Neto e Albres (2015), quando Dilma assumiu a presidência, os EUA eram governados por Barack Obama. Nesse período, Dilma e Obama criaram a “Declaração Conjunta à Imprensa” que relatava o desejo dos dois governos em construir uma ordem mundial inclusiva e justa e de fortalecer os princípios da democracia, o respeito aos direitos humanos, além da defesa da inclusão econômica e social de outros países do mundo. Com isso, o Brasil demonstrou interesse em participar das relações de cooperação com a política externa dos EUA, abrindo espaço para apresentar suas demandas com relação às relações econômicas entre os dois países.

No que se refere ao regime multilateral de comércio, teve destaque a queixa do governo brasileiro com relação à volatilidade dos preços das commodities e às tarifas praticadas pelos EUA contra alguns produtos brasileiros. E no ano de 2012, os EUA não renovam as tarifas que cobraram pelo etanol brasileiro, o que representou uma conquista do Brasil. (NETO E ALBRES, 2015. p. 84).

Segundo Lima (2019), as relações entre os dois países levaram, desde então, ao distanciamento entre eles, no que se refere especificamente ao comércio, além de uma reestruturação da pauta comercial, com intensificação do comércio de produtos primários e perda de participação dos produtos manufaturados entre os anos de 2000 e 2014.

Na próxima seção será apresentada um panorama das transações comerciais no Brasil com os EUA do ano de 2010 até 2020 e a composição da pauta comercial entre os dois países do ano de 2014 em diante.

## 5 Relações comerciais do Brasil com os Estados Unidos

Segundo Vigevani (2011), os Estados Unidos é o principal destino das exportações brasileiras de produtos manufaturados, além de ser um investidor tradicional no Brasil, contando com empresas no mercado brasileiro há mais de cem anos. As empresas brasileiras, por sua vez, têm investido cada vez mais nos Estados Unidos como forma de ganhar escala e absorver tecnologia. As relações entre as respectivas sociedades também têm ganhado importância por meio do incremento de viagens de turismo e negócios, intercâmbio acadêmico e atividades culturais.

Segundo Lima (2019), as relações entre os dois países levaram, a partir dos anos 2003, ao distanciamento entre eles (no que se refere especificamente ao comércio). Além disso, houve uma reestruturação da pauta comercial entre eles.

De acordo com Oliveira e Hermida (2021), é possível observar, a partir de 2010, um alto nível de concentração das importações brasileiras em setores intensivos em capital e tecnologia, ao passo que as exportações do Brasil para os EUA se mostraram intensivas em recursos naturais. Segundo os autores, o destaque é para a soja que representa 10,44% do total do valor exportado do Brasil para os EUA, seguido por aviões com 10,10% seguido pelo minério de ferro (6,25% das exportações) e pelo petróleo (5,44% das exportações). Para o resto do mundo, o destaque das exportações do Brasil é da indústria de equipamento de transportes.

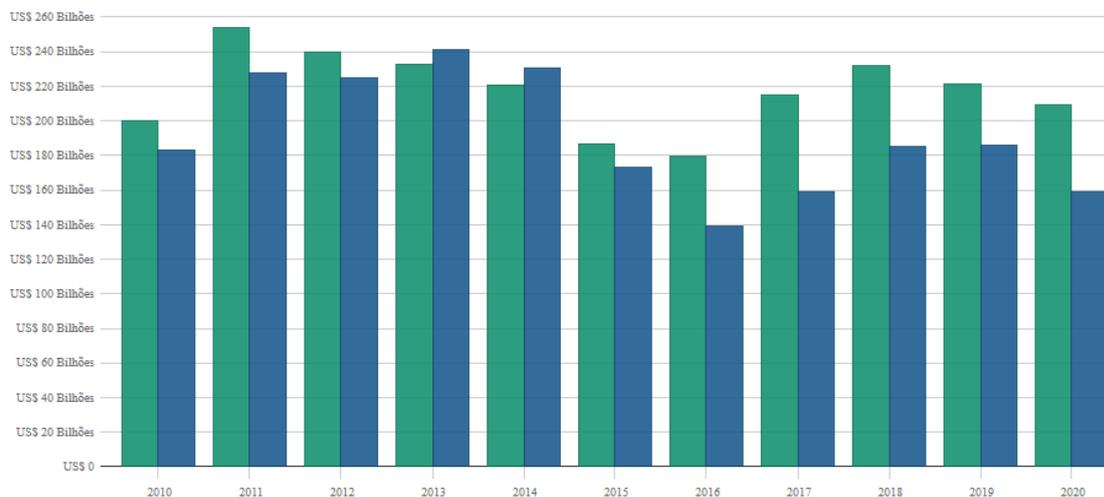
Outra observação importante dos autores com relação às exportações brasileiras para os EUA é a presença de bens semimanufaturados, que representam, em conjunto, 10% do valor total exportado. Isso indica a importância dos bens de baixo nível de tecnologia nas exportações brasileiras para os EUA. No que se refere às importações, o Brasil aparece como uma economia demandante de recursos intensivos em tecnologia bem superior à média das suas exportações, isso acontece tanto no caso do comércio com o mundo todo, como no caso do comércio bilateral com os EUA.

No geral, segundo Oliveira e Hermida (2021), pode-se observar uma especialização brasileira em produtos de baixa intensidade tecnológica, mas, quando se considera as exportações apenas para os EUA, há maior nível de tecnologia envolvida.

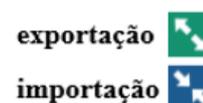
No que se refere apenas ao saldo entre o valor das exportações e das importações, a balança comercial brasileira apresentou, com o resto do mundo uma trajetória de instabilidade, com saldos positivos a partir do começo dos anos 2000. O gráfico abaixo

apresenta a trajetória da balança comercial brasileira em relação ao resto do mundo dos anos de 2010 a 2020.

Gráfico 1. Balança comercial do Brasil com o resto do mundo de 2010 a 2020 em bilhões de dólares. (valores nominais).



Fonte: Ministério da Indústria e Comércio Exterior.



No gráfico 1 estão apresentadas as exportações e as importações do Brasil com o resto do mundo entre os anos de 2010 a 2020. As barras azuis representam as importações e as verdes as exportações em bilhões de US\$. Pode-se observar que, no período de 2010 a 2012, a balança comercial do Brasil é superavitária. Em 2013 e 2014, a balança comercial apresentou déficit e a partir de 2015, a balança comercial apresentou superávit novamente. O registro do maior superávit (59 bilhões de dólares) é no ano de 2017. Por outro lado, não há mudanças significativas na taxa de câmbio que possam explicar esse comportamento, exceto a partir de 2015 quando a taxa de câmbio

Esse período é caracterizado pelo crescimento econômico (de 2010 a 2014) e por um período de crise que se inicia no ano de 2015. No entanto, a trajetória da balança comercial possui uma relação maior com a taxa de câmbio em comparação com o crescimento econômico e outras variáveis macroeconômicas. A tabela a seguir apresenta a trajetória da taxa de câmbio nominal de 2010 a 2020.

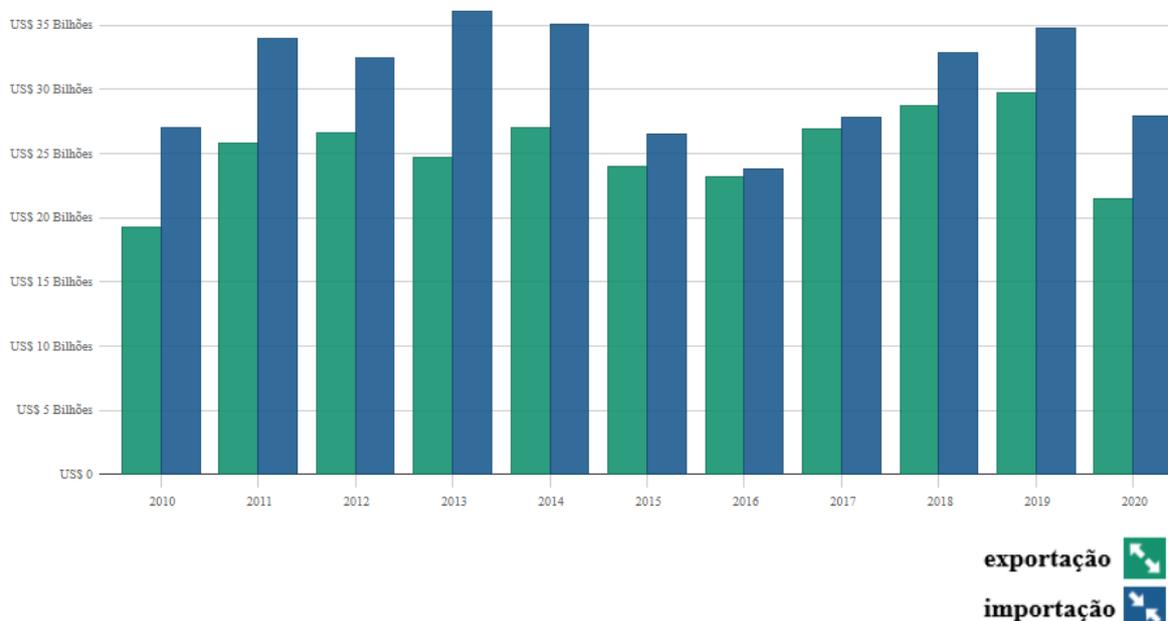
Tabela 1. Taxa de câmbio (R\$/US\$) nominal de 2010 a 2020.

Ano	Taxa de Câmbio
2010	1,76
2011	1,67
2012	1,95
2013	2,15
2014	2,35
2015	3,33
2016	3,49
2017	3,19
2018	3,65
2019	3,95
2020	5,15

Fonte: IPEADATA. Elaboração própria da autora.

Pode-se observar pela tabela 1 que a taxa de câmbio (R\$/US\$) apresentou uma significativa desvalorização no período. As maiores desvalorizações ocorreram no ano de 2014 para 2015 (de 2,35 para 3,33), quando o saldo da Balança Comercial passou a ser superavitária depois de dois anos com déficit, e de 2019 para 2020 (de 3,95 para 5,15). O gráfico 2 apresente a trajetória da Balança comercial do Brasil com os EUA no mesmo período, de 2010 a 2020.

Gráfico 2. Balança comercial do Brasil com os Estados Unidos de 2010 a 2020 em bilhões de dólares.

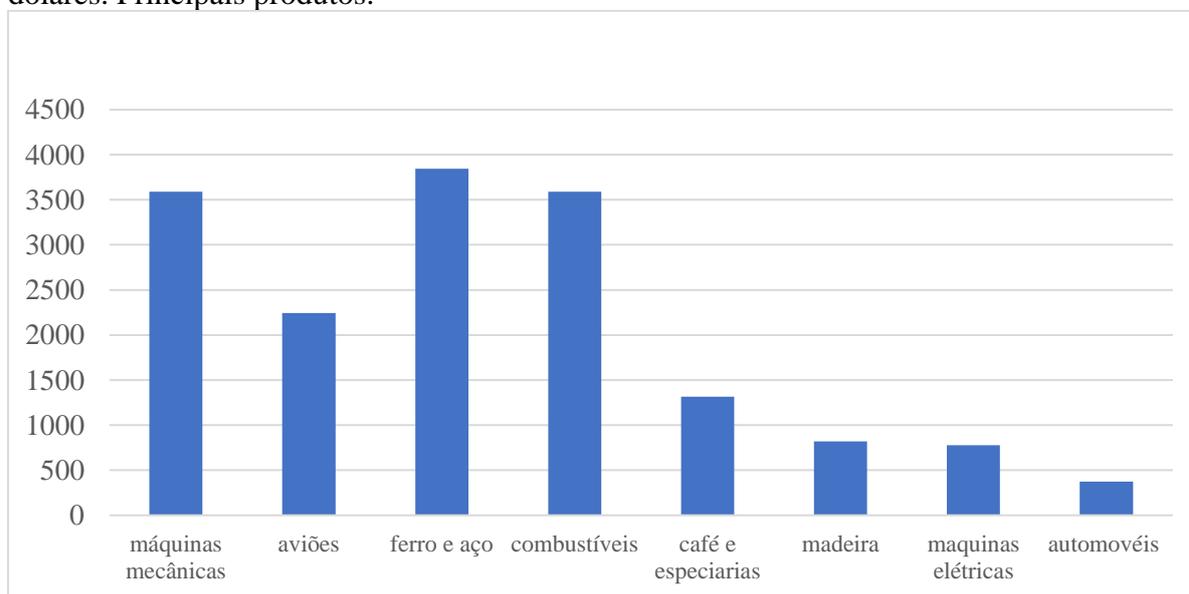


Fonte: Ministério da Indústria e Comércio Exterior.

No gráfico de colunas 2, podemos ver o comércio do Brasil com os Estados Unidos no geral, as colunas azuis representam as importações e as colunas verdes as exportações. Como o gráfico mostra, o valor das importações sempre foi maior que o valor das exportações. No ano de 2013, as importações do Brasil atingiram seu ápice, passando da casa dos US\$ 35 bilhões. No ano de 2016, este valor caiu drasticamente, não passando de US\$ 25 bilhões. O maior déficit pode ser observado no ano de 2013 (14 bilhões de dólares).

O gráfico a seguir apresenta a composição da pauta exportadora do Brasil para os Estados Unidos para o ano de 2014 em milhões de dólares.

Gráfico 3. Exportações do Brasil para os Estados Unidos no ano de 2014 em milhões de dólares. Principais produtos.

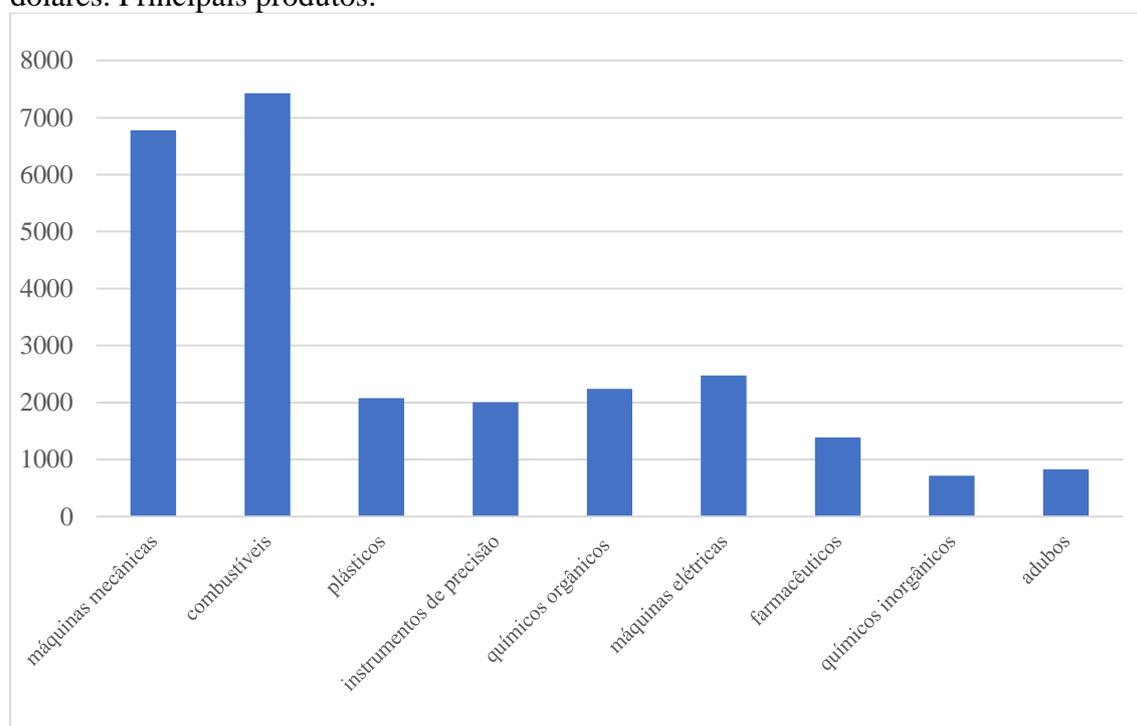


Fonte: Ministério da Indústria e Comércio Exterior. Elaboração própria.

Pelo gráfico 3, pode-se observar as exportações do Brasil para os Estados Unidos no ano de 2014 em milhões de dólares por produtos. O produto mais exportado trata-se de ferro e aço, que representam um valor total de 3800. Logo em seguida, estão os combustíveis e as máquinas mecânicas com 3,6 milhões de dólares. Em terceiro lugar

estão os aviões com US\$ 2.243 milhões. Café e especiarias são produtos que estão presentes desde que existem trocas comerciais entre estes dois países e também tem destaque em 2014. Madeira, máquinas elétricas e automóveis aparecem nesta lista com um numero um pouco menor, todos abaixo dos US\$ 900 milhões. Pode-se dizer que os bens de maior intensidade tecnológica, isoladamente, são os mais exportados para os EUA. Isso não significa que a pauta exportadora do Brasil para os EUA é, na sua maior parte, composta por bens de alto valor agregado. Isso porque o valor do conjunto total dos outros bens (não intensivos em tecnologias) pode representar uma proporção maior nas exportações totais. O gráfico a seguir apresenta o valor que o Brasil importa dos EUA por principais produtos.

Gráfico 4. Importações dos Estados Unidos pelo Brasil no ano de 2014 em milhões de dólares. Principais produtos.

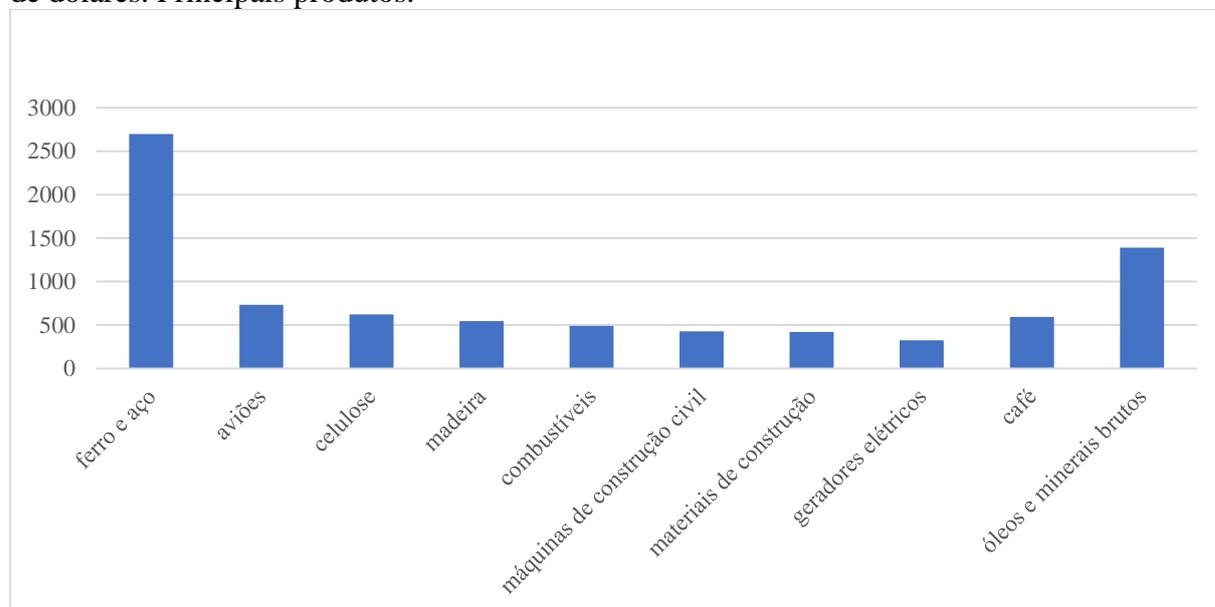


Fonte: Ministério da Indústria e Comércio Exterior. Elaboração própria.

O gráfico 4 apresenta os principais produtos importados dos Estados Unidos pelo Brasil no ano de 2014 em milhões de dólares. Os combustíveis lideram as importações passando da casa dos 21% no total das importações do ano de 2014. Logo em seguida, temos as máquinas mecânicas com um percentual de 19,4%. As máquinas elétricas, os químicos orgânicos, os instrumentos de precisão e os plásticos são importados praticamente na mesma quantidade, não passando de 7% na totalidade de produtos

importados. Abaixo desta porcentagem temos os produtos farmacêutico, químicos inorgânicos e adubos, os quais não passam de 4%. O gráfico 5 apresenta as exportações do Brasil para os EUA no ano de 2021 por produtos.

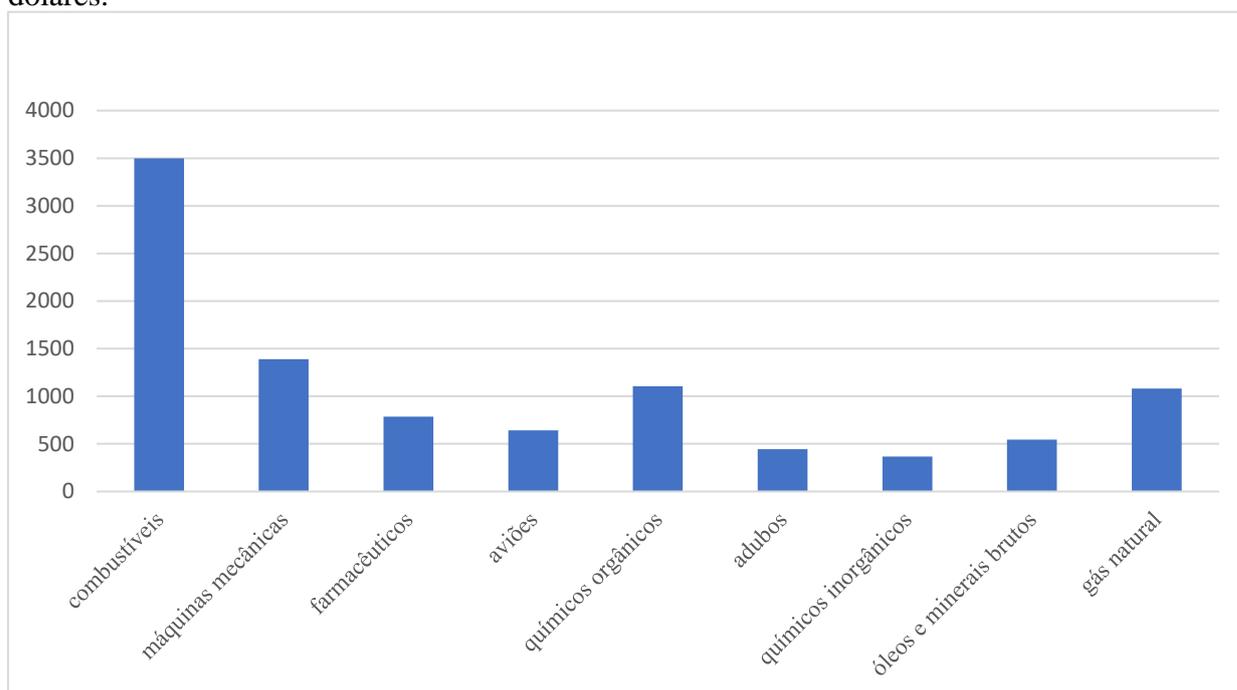
Gráfico 5. Exportações do Brasil para os Estados Unidos no ano de 2021 em milhões de dólares. Principais produtos.



Fonte: Ministério da Indústria e Comércio Exterior. Elaboração própria.

O gráfico acima nos mostra os principais produtos exportados do Brasil para os Estados Unidos no ano de 2021, de janeiro a julho. Ferro e aço continuam sendo o produto mais exportado, assim como em 2014, representando 17% da exportação total. Óleos e minerais brutos simbolizam 8,5%. Aviões, café, celulose, madeira, combustíveis, máquinas de construção civil, materiais de construção e geradores elétricos são outros produtos que foram muito exportados neste ano, mas nenhum deles passaram de US\$ 732 milhões. O gráfico 6 apresenta os principais produtos importados dos EUA pelo Brasil no ano de 2021 (de janeiro a junho).

Gráfico 5. Importações do Brasil para os Estados Unidos no ano de 2021 em milhões de dólares.



Fonte: Ministério da Indústria e Comércio Exterior. Elaboração própria.

As importações brasileiras dos EUA no ano de 2021, de janeiro a julho, estão representadas no gráfico acima. Os combustíveis representam o principal produto com mais de 18% no total das importações. As máquinas mecânicas, os químicos orgânicos e o gás natural juntos totalizam 18,3% no valor total. Os farmacêuticos, aviões, óleos e minerais brutos, químicos inorgânicos e adubos não ultrapassam US\$ 788 milhões.

Pode-se concluir, portanto que houve uma modificação na composição da pauta exportadora do Brasil para os EUA de 2014 para 2021. Nesse período houve perda da participação da exportação de máquinas brasileiras. Com relação às importações, pode-se observar que as máquinas mecânicas, que apareceram como principal produto importado, cedeu lugar aos combustíveis.

Como foi apresentado nas seções anteriores, nesse período houve uma melhora nas relações diplomáticas entre os dois países, mas um afastamento no que refere às relações de comércio. Apesar disso, os EUA ainda é o principal parceiro comercial do Brasil.

## 6 Considerações finais

Os ciclos produtivos no Brasil se iniciaram desde a sua colonização, eles se deram com muitos conflitos, por exemplo os que eram gerados com a tentativa de escravização em massa dos indígenas. Os produtos exportados pelo país tiveram grande importância para a formação econômica do país, são eles: os ciclos do pau-brasil, do ouro, da cana-de-açúcar, do café, do algodão e da borracha.

Depois do período do Brasil colonial, os Estados Unidos se tornaram um dos principais parceiros comerciais do Brasil. O ciclo produtivo dos EUA está relacionado com os seus processos históricos. Esse país era dividido em treze colônias, que eram subdivididas em três regiões diferentes, intituladas colônias do Norte, Oeste e Sul. Cada uma delas possuíam um perfil econômico, humano, geográfico e sócio-político diferente. O que acabou contribuindo para que se tornasse uma país com diversidade produtiva.

As relações comerciais entre os Estados Unidos e o Brasil se deram a partir de 1824, quando o país foi o primeiro a reconhecer a Independência do Brasil. Até então, ele não havia sido participante ativo na política internacional e não tinha, portanto, vínculos diplomáticos com o Brasil. A proclamação da república no Brasil foi o que aproximou ainda mais os dois países. Essa relação vai da proximidade à indiferença, das alianças militares à desconfiança, da cooperação política à competição comercial, mesmo estando em diferentes estágios de desenvolvimento.

O comércio entre esses dois países é caracterizado pela diversificação das pautas importadoras e exportadoras, com presença de produtos com pouca e com alta tecnologia, tanto nas exportações, quanto nas importações. Pode-se observar pelos dados apresentados um destaque na exportação brasileira para os EUA, as máquinas, aviões, ferro e aço e o café. Com relação às importações, o destaque é para os combustíveis e máquinas.

No entanto, por meio dos dados apresentados, não é possível afirmar qual é composição da pauta exportadora e importadora do Brasil com os EUA porque eles não apresentam a totalidade dos produtos, mas apenas os principais produtos comercializados entre eles. Será necessária uma análise mais detalhada em trabalhos futuros para que essa conclusão possa ser feita.

## 7 Referências

ALMEIDA, P. R; BARBOSA, R. A; FINS, F. R. **Guia dos Arquivos Americanos sobre o Brasil**. Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília, 2010.

BARBOSA, R. A; ALMEIDA, P. R. **Relações Brasil- Estados Unidos: assimetrias e divergências**. Ed. Saraiva, São Paulo, 2012.

BRASIL. MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. 2021.

COUTINHO, M. C. Economia de Minas e economia da mineração em Celso Furtado. **Nova Economia**. UFMG. Belo Horizonte, 2008.

DOMINGUES, R. A. Desenvolvimento e Autonomia: Vetores da Política Externa brasileira. Revista Conjuntura Global. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

FERREIRA, I. A. **A Questão Indígena na Sala de Aula**. Trabalho de Conclusão de Curso. Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2019.

HAKIM. P. Discordância Interamericana: Brasil e Estados Unidos. **Boletim de Economia e Política Internacional**. IPEA. Brasília, 2011.

HERMIDA, C. C; OLVEIRA, S. S. Brasil e Estados Unidos: uma Análise do Comércio Internacional no Período 2005-2016. *Diversitas Journal*, v.6, n1. Santana do Ipanema/AL, 2021.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. Companhia Editora Nacional. Ed. 32, São Paulo, 2005.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS. IPEADATA. 2021

KARNAL, L; PURDY, S; FERNANDES, L. E; MORAES, M.V. **História dos Estados Unidos: da origem ao século XXI**. Ed. Contexto. São Paulo, 2007.

MEDEIROS, B. C.C. A Industrialização na Periferia Sul-Asiática até os Anos 1970: das semelhanças às divergências. **Revista Iniciativa Econômica**. Araraquara, 2018.

MILANI, Carlos R. S. A importância das relações Brasil-Estados Unidos na política externa brasileira. **Boletim de Economia e Política Internacional** (IPEA), 2011.

Disponível em:

[https://carlosmilani.files.wordpress.com/2012/12/ipea\\_bepi6\\_book\\_web-1.pdf](https://carlosmilani.files.wordpress.com/2012/12/ipea_bepi6_book_web-1.pdf).

OLIVEIRA, J. P; FREIRE, C. A. R. **A Presença Indígena na Formação Econômica do Brasil**. Ministério da Educação, Brasília, 2006.